

SOMOS NÓS QUE DECIDIMOS O NOSSO FUTURO

Nota da Comissão Diocesana Justiça e Paz sobre as Eleições Legislativas de 6 de Outubro de 2019

Aproximam-se as Eleições Legislativas para a constituição da Assembleia da República, cujos resultados vão permitir a composição do Governo para os próximos quatro anos. Portugal é um Estado de Direito Democrático. E uma democracia define-se pela possibilidade de participação dos cidadãos no seu próprio destino. O princípio da Participação dos cidadãos exprime-se de muitos modos, e um deles, um dos mais importantes, é o nosso direito de voto. Com esse direito temos a possibilidade de participar na escolha de quem nos vai governar e de exprimir o que mais desejamos para o nosso futuro.

A Participação cívica, através do voto, é uma obrigação moral do cristão, responsável, ele próprio, por contribuir para que o País seja melhor, segundo as suas convicções. A abstenção, que, como nos mostram os números, é elevada e tendencialmente crescente na Região Autónoma dos Açores, em nada ajuda a consolidação democrática no nosso País, antes pelo contrário.

Por isso, o nosso apelo vai, em primeiro lugar, à consciência cívica dos cristãos que, como qualquer cidadão, não devem desperdiçar mais esta oportunidade para manifestarem, nas urnas, de forma consciente e responsável, as suas opiniões ou convicções partidárias.

Não podemos deixar de apelar também à comunidade política envolvida neste processo eleitoral para que contribua, com propostas claras, exequíveis, centradas nas pessoas e no desenvolvimento integrado, para que protejam os mais fragilizados e garantam oportunidades de vida melhores para todos. O tempo de campanha deve ser de maior esclarecimento dos cidadãos sobre as diferentes propostas eleitorais, e isto exige seriedade e honestidade no discurso político. Cabe a todos, políticos e eleitores em geral, comprometerem-se afincadamente com o mais importante objetivo da atuação política, que é o Bem Comum, garantindo a melhor partilha de recursos para todos os portugueses.

Auguramos um ato eleitoral justo, pacífico, participado e coerente, onde todos possam dar o seu melhor para o bem de Portugal

Diocese de Angra, 28 de Setembro de 2019